



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Documento de sessão

A7-0042/2009

27.10.2009

PROJECTO DE RELATÓRIO

sobre a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (COM(2009)0366 – C7-0112/2009 – 2009/0104(CNS))

Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

Relatora: Tanja Fajon

Legenda dos símbolos utilizados

- * Processo de consulta
Maioria dos votos expressos
- **I Processo de cooperação (primeira leitura)
Maioria dos votos expressos
- **II Processo de cooperação (segunda leitura)
Maioria dos votos expressos para aprovar a posição comum
Maioria dos membros que compõem o Parlamento para rejeitar ou alterar a posição comum
- *** Parecer favorável
Maioria dos membros que compõem o Parlamento, excepto nos casos visados nos artigos 105.º, 107.º, 161.º e 300.º do Tratado CE e no artigo 7.º do Tratado UE
- ***I Processo de co-decisão (primeira leitura)
Maioria dos votos expressos
- ***II Processo de co-decisão (segunda leitura)
Maioria dos votos expressos para aprovar a posição comum
Maioria dos membros que compõem o Parlamento para rejeitar ou alterar a posição comum
- ***III Processo de co-decisão (terceira leitura)
Maioria dos votos expressos para aprovar o projecto comum

(O processo indicado tem por fundamento a base jurídica proposta pela Comissão)

Alterações a textos legais

Nas alterações do Parlamento, as diferenças são assinaladas simultaneamente a negrito e em itálico. Nos actos modificativos, as partes transcritas de uma disposição existente que o Parlamento pretende alterar, sem que a Comissão o tenha feito, são assinaladas a negrito. As eventuais supressões respeitantes a esses excertos são evidenciadas do seguinte modo: [...]. A utilização de itálico sem negrito constitui uma indicação destinada aos serviços técnicos e tem por objectivo assinalar elementos do texto legal que se propõe sejam corrigidos, tendo em vista a elaboração do texto final (por exemplo, elementos manifestamente errados ou lacunas numa dada versão linguística). Estas sugestões de correcção ficam subordinadas ao aval dos serviços técnicos visados.

ÍNDICE

	Página
PROJECTO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU	5
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	13
PARECER DA COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS	16
PROCESSO.....	24

PROJECTO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação
(COM(2009)0366 – C7-0112/2009 – 2009/0104(CNS))

(Processo de consulta)

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta a proposta da Comissão (COM(2009)0366),
 - Tendo em conta o artigo 67.º e a subalínea i) da alínea b) do n.º 2 do artigo 62.º do Tratado CE, nos termos dos quais foi consultado pelo Conselho (C7-0112/2009),
 - Tendo em conta o artigo 55.º do seu Regimento,
 - Tendo em conta o relatório da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e o parecer da Comissão dos Assuntos Externos (A7-0042/2009),
1. Aprova a proposta da Comissão com as alterações nela introduzidas;
 2. Convida a Comissão a alterar a sua proposta no mesmo sentido, nos termos do n.º 2 do artigo 250.º do Tratado CE;
 3. Solicita ao Conselho que o informe, se entender afastar-se do texto aprovado pelo Parlamento;
 4. Solicita nova consulta, caso o Conselho tencione alterar substancialmente a proposta da Comissão;
 5. Encarrega o seu Presidente de transmitir a posição do Parlamento ao Conselho e à Comissão.

Alteração 1

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo Considerando 1

Texto da Comissão

(1) A composição das listas de países terceiros constantes dos Anexos I e II do Regulamento (CE) n.º 539/2001, de 15 de Março de 2001, deve estar e manter-se em

Alteração

(1) A Comissão lançou o actual diálogo sobre a liberalização do regime de vistos no âmbito de uma abordagem regional e de uma perspectiva europeia, que abrange

conformidade com os critérios enumerados no seu considerando. Alguns países **terceiros**, cuja situação se alterou no que diz respeito a esses critérios, devem ser transferidos de um anexo para o outro.

os países dos Balcãs Ocidentais em pé de igualdade e sem qualquer discriminação. A composição das listas de países terceiros constantes dos Anexos I e II do Regulamento (CE) n.º 539/2001, de 15 de Março de 2001, deve estar e manter-se em conformidade com os critérios enumerados no seu considerando 5. Alguns países ***dos Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Montenegro e Sérvia)***, cuja situação se alterou no que diz respeito a esses critérios, devem ser transferidos de um anexo para o outro. ***Os mesmos critérios estabelecidos nos roteiros para a liberalização do regime de vistos devem ser aplicados a todos os países em causa.***

Alteração 2

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo Considerando 1-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(1-A) Todos os países dos Balcãs Ocidentais que tenham cumprido os objectivos de referência devem beneficiar do regime de isenção de vistos a partir do início de 2010. Os países que, não obstante terem feito importantes progressos, não tenham cumprido integralmente os objectivos de referência devem gozar do mesmo privilégio, logo que cumpram os objectivos de referência fixados nos respectivos roteiros para a liberalização do regime de vistos.

Alteração 3

Proposta de regulamento do Conselho– acto modificativo Considerando 2

Texto da Comissão

Alteração

(2) Em 1 de Janeiro de 2008 entraram em vigor acordos sobre a facilitação dos vistos

(2) Em 1 de Janeiro de 2008, entraram em vigor acordos sobre a facilitação dos vistos

com cinco países dos Balcãs Ocidentais – *a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, o Montenegro e a Sérvia* – como uma primeira medida concreta prevista na Agenda de Salónica visando instaurar um regime de isenção de vistos para os cidadãos dos países dos Balcãs Ocidentais. Em 2008, foi iniciado um diálogo com cada um *destes* países sobre a liberalização dos vistos, tendo sido estabelecidos roteiros para o efeito. A Comissão, na sua avaliação de Maio de 2009 sobre a execução dos roteiros, considerou que a Antiga República Jugoslava da Macedónia tinha cumprido todos os objectivos de referência estabelecidos no seu roteiro. O Montenegro e a Sérvia tinham cumprido grande parte dos objectivos de referência dos respectivos roteiros.

com cinco países dos Balcãs Ocidentais como uma primeira medida concreta prevista na Agenda de Salónica visando instaurar um regime de isenção de vistos para os cidadãos dos países dos Balcãs Ocidentais. Em 2008, foi iniciado um diálogo com cada um *desses* países sobre a liberalização dos vistos, tendo sido estabelecidos roteiros para o efeito. A Comissão, na sua avaliação de Maio de 2009 sobre a execução dos roteiros, considerou que a Antiga República Jugoslava da Macedónia tinha cumprido todos os objectivos de referência estabelecidos no seu roteiro. O Montenegro e a Sérvia tinham cumprido grande parte dos objectivos de referência dos respectivos roteiros. *A Albânia e a Bósnia e Herzegovina realizaram novos progressos no que respeita à maioria dos objectivos de referência relevantes, desde a avaliação da Comissão de Maio de 2009.*

Justificação

Trata-se, na primeira parte, de uma consequência, de natureza redactorial, da alteração 1. A segunda parte adita uma série de informações em falta sobre dois Estados dos Balcãs Ocidentais que foram abrangidos pelo diálogo visando a liberalização do regime de vistos e, em particular, pelas avaliações levadas da Comissão de Maio de 2009. Segundo a avaliação da Comissão, ambos os países fizeram progressos importantes; e um avanço particularmente significativo (aliás, não assinalado na proposta da Comissão de Julho de 2009) ocorreu entre Maio e Setembro de 2009.

Alteração 4

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo

Considerando 2-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(2-A) Com o objectivo de promover a aplicação da Agenda de Salónica e no âmbito da sua estratégia regional, a Comissão deve, nos limites da sua competência e à luz da Resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, encetar um diálogo sobre vistos com o Kosovo tendo em vista

estabelecer um roteiro para a facilitação e a liberalização do regime de vistos análogo aos estabelecidos com os países dos Balcãs Ocidentais.

Alteração 5

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo Considerando 3-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(3-A) Com o objectivo de reforçar o Processo de Estabilização e de Associação, o regime de isenção de vistos promoverá a participação no mercado comum, que está a ser gradualmente criado com a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, o Montenegro e a antiga República Jugoslava da Macedónia, e contribuirá para o comércio, a inovação e o crescimento.

Justificação

Estão actualmente em vigor os Acordos de Estabilização e de Associação com a antiga República Jugoslava da Macedónia (entrada em vigor em 1 de Maio de 2004) e com a Croácia (entrada em vigor em 1 de Fevereiro de 2005). O Acordo de Estabilização e de Associação com a Albânia foi assinado em Junho de 2006 e o Acordo Provisório sobre Comércio e Matérias Conexas entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2006. O AEA com a Albânia está em vigor desde 1 de Abril de 2009. O AEA e o AP com o Montenegro foram assinados em 15 de Outubro de 2007 e o AP entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2008; os acordos com a Bósnia e Herzegovina foram assinados em 16 de Junho de 2008 e o AP entrou em vigor em 1 de Julho de 2008. Os acordos com a Sérvia ainda não foram assinados e não estão em vigor quaisquer acordos provisórios.

Alteração 6

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo Considerando 4

Texto da Comissão

Alteração

(4) Por conseguinte, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, o Montenegro e a Sérvia *ftendo estes dois últimos países*

(4) Por conseguinte, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, o Montenegro, a Sérvia, *a Albânia e a Bósnia e*

cumprido todos os objectivos de referência na data de adopção do presente regulamento], devem ser transferidos para o Anexo II do Regulamento (CE) n.º 539/2001. *Esta* isenção de obrigação de visto deve aplicar-se unicamente aos titulares de passaportes biométricos emitidos por cada um dos **três** países em causa.

Herzegovina devem ser transferidos para o Anexo II do Regulamento (CE) n.º 539/2001. *Espera-se que o Montenegro e à Sérvia cumpram todos os objectivos de referência até à data de adopção do presente regulamento. A isenção da obrigação de visto deve aplicar-se à Albânia e à Bósnia e Herzegovina após uma avaliação da Comissão que confirme que cada um destes países cumpre todos os objectivos de referência fixados no roteiro relevante para a liberalização do regime de vistos e após aprovação dessa avaliação pelo Conselho.* A isenção de obrigação de visto deve aplicar-se unicamente aos titulares de passaportes biométricos emitidos por cada um dos **cinco** países em causa.

Justificação

O presente Considerando é alterado em consequência das Alterações 5 e 6, que modificam o texto do Regulamento (CE) n.º 539/2001. A liberalização do regime de vistos só será aplicável quando todos os critérios forem cumpridos.

Alteração 7

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo
Considerando 4-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(4-A) A Comissão deve apresentar sem demora e, o mais tardar, no início de 2010, um relatório sobre os progressos realizados pela Albânia e pela Bósnia e Herzegovina no sentido do cumprimento de todos os objectivos de referência fixados no roteiro.

Alteração 8

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo
Considerando 4-B (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(4-B) Embora a Albânia e a Bósnia e Herzegovina tenham feito progressos no sentido do cumprimento dos respectivos objectivos de referência, as autoridades competentes da Albânia e da Bósnia e Herzegovina devem adoptar, sem demora, as reformas necessárias para efeitos do pleno cumprimento dos respectivos objectivos de referência.

Alteração 9

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo
Considerando 4-C (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(4-C) A Comissão deve assistir as autoridades competentes da Albânia e da Bósnia e Herzegovina neste contexto.

Alteração 10

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo
Considerando 5-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(5-A) O processo de liberalização do regime de vistos deve servir de referência para definir as relações com os parceiros a Leste da União Europeia.

Justificação

Nos termos do artigo 7.º da Declaração Conjunta da Cimeira da Parceria Oriental de Praga, a União Europeia visa a liberalização integral do regime de vistos com os seus parceiros a Leste, desde que cumpram as condições necessárias.

Alteração 11

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo

Artigo 1 – ponto 1 – alínea -a) (nova)

Regulamento (CE) n.º 539/2001.

Anexo I - parte 1

Texto da Comissão

Alteração

-a) Na Parte 1, as referências à Albânia e à Bósnia e Herzegovina são alteradas do seguinte modo:

"Albânia *

Bósnia e Herzegovina*

** O nome do país será suprimido e transferido do presente Anexo para o Anexo II, após verificação, por parte da Comissão, de que o país em causa cumpre todos os objectivos de referência definidos no roteiro para a liberalização do regime de vistos e em conformidade com o Tratado."*

Alteração 12

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo

Artigo 1 – n.º 2

Regulamento (CE) n.º 539/2001.

Anexo II – Parte 1

Texto da Comissão

Alteração

2) No Anexo II, Parte 1, são inseridas as seguintes referências:

"Antiga República Jugoslava da Macedónia*

Montenegro*

Sérvia [excluindo os titulares de passaportes sérvios emitidos pela direcção de coordenação sérvia (em sérvio: Koordinaciona uprava)] *

2) No Anexo II, Parte 1, são inseridas as seguintes referências:

"Albânia *

Bósnia e Herzegovina*

Antiga República Jugoslava da Macedónia
**

Montenegro **

Sérvia [excluindo os titulares de passaportes sérvios emitidos pela direcção de coordenação sérvia (em sérvio: Koordinaciona uprava)] **

* A isenção da obrigação de visto aplica-se unicamente aos titulares de passaportes biométricos".

** O nome do país será transferido do presente Anexo para o Anexo II, após verificação, por parte da Comissão, de que o país em causa cumpre todos os objectivos de referência definidos no roteiro para a liberalização do regime de vistos e em conformidade com o Tratado. A isenção da obrigação de visto aplica-se unicamente aos titulares de passaportes biométricos".*

** A isenção da obrigação de visto aplica-se unicamente aos titulares de passaportes biométricos".

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

No início dos anos noventa, quando a Jugoslávia se começou a desmoronar, os Estados Membros da actual União Europeia não foram capazes de pôr em prática uma política regional comum, que teria posto termo a guerras sangrentas. Progressivamente, fomos assumindo na região as responsabilidades legadas pelos norte-americanos, que se mudaram para outros "pontos quentes" do globo. O nosso objectivo consiste em construir a estabilidade e a prosperidade numa região que se prepara para aderir à União, embora nos devamos sempre lembrar de que, quando dizemos "a região", nos estamos a referir às pessoas que lá vivem. E devemos ter em mente que, depois do desmembramento da Jugoslávia, depois das guerras cruéis que tantas feridas profundas deixaram e que tantas centenas de milhares de refugiados e de migrantes afugentaram da região, estamos a testemunhar o crescimento de uma nova geração, impedida de aceder a uma União próspera e unificadora que circunda toda aquela área. Os jovens dos Balcãs Ocidentais geralmente só viajam dentro (e às vezes entre) os países divididos de que são oriundos, quase nunca podendo entrar no espaço da UE. Os jovens dessas regiões sabem tanto sobre os Europeus como sabem sobre os Americanos — na maioria dos casos, informações obtidas a partir da Internet e da TV. A UE, que supostamente se deverá tornar a União de todos eles, que leva os respectivos poderes públicos a reformarem-se, que quer que eles acreditem que constituímos uma única família europeia, ainda possui algo de abstracto. Enquanto a nossa União defende com firmeza a liberdade de circulação, podemos observar que as pessoas daquela região dispõem hoje de menos direitos para viajarem livremente do que durante o tempo da antiga Jugoslávia. Será que queremos realmente manter as portas fechadas em relação aos nossos vizinhos mais próximos, a países que por tantas guerras e tantos combates contra a pobreza passaram e que fazem o seu melhor para nos agradar? Não estamos a decidir dar um emprego ou conceder o direito de residência, estamos a decidir o direito fundamental de um futuro cidadão comunitário a viajar na União Europeia.

A estratégia da União para toda a região está definida na Agenda de Salónica, que salvaguarda uma perspectiva europeia para os povos dos Balcãs Ocidentais, referindo, designadamente, a liberalização dos vistos. No início de 2008, cinco anos após a assinatura da Agenda de Salónica, a Presidência eslovena fez desta questão uma das suas prioridades, motivo por que encetou negociações nesse sentido. A exposição de motivos da Comissão anexada ao presente relatório propõe alterações ao Regulamento (CE) n.º 539/2001 e descreve o modo como o processo foi posto em prática. O documento conclui que os cinco países dos Balcãs Ocidentais que negociam a liberalização realizaram importantes progressos, mas apenas três de entre eles podem acalantar a esperança de ver concretizada a liberalização no decurso dos próximos meses. A Bósnia e a Albânia não estão aptas. A decisão técnica da Comissão é correcta, mas todos nós sabemos que as decisões puramente técnicas podem desencadear efeitos políticos de grande impacto. Infelizmente, a proposta da Comissão subestima o risco de uma fragmentação ainda mais profunda da região, nomeadamente, os danos causados, não só à cooperação regional, mas também aos diferentes Estados internamente: os Croatas vivem na Croácia e na Bósnia, os Sérvios vivem na Sérvia e na Bósnia e os Albaneses vivem na Albânia, na Sérvia e na Antiga República Jugoslava da Macedónia. Ao premiar apenas algumas das nações, desestabilizamos a região e recortamos os quebra-cabeças étnicos e políticos em pedaços ainda mais pequenos. A relatora apoia a posição da Comissão, segundo a qual **não devemos, nem baixar os critérios que foram**

acordados, nem punir os melhores pelos erros daqueles que ficaram para trás, havendo, porém; uma terceira possibilidade.

No presente projecto de relatório, a relatora propõe alterações que, sem baixarem os objectivos de referência definidos nos roteiros para a liberalização de vistos, abrem a via para a Albânia e a Bósnia recuperem o atraso em relação à Macedónia, ao Montenegro e à Sérvia.

E a via é muito simples: a obrigação de visto aplicável a cada um dos dois países é imediatamente suprimida, logo que um, ou o outro, cumpra todos os objectivos de referência definidos pela Comissão, mas sem ter de modificar o Regulamento. Com esta proposta, não deixamos que nenhum Estado fique para trás e não perderemos mais tempo a reiniciar todo o processo legislativo. E uma vez que esse tempo adicional representaria um enorme peso político para ambos os Estados, vale a pena encontrar uma solução legislativa que seja flexível. Daremos um sinal claro aos cidadãos daqueles dois países de que estamos à espera deles, de que eles só têm de mobilizar os respectivos Governos para trabalharem arduamente, a fim de que as autoridades possam reparar seus próprios erros e atrasos e possam proporcionar um nível de qualidade idêntico ao dos países vizinhos. Pela parte que lhe toca, a UE está a fazer todos os possíveis para os ajudar a encontrar o caminho da Europa, sem baixar os padrões que a todos nós servem de denominador comum.

A Comissão prefere excluir os dois países da lista branca até que eles preencham os objectivos de referência, momento em que se avançaria com uma nova proposta de alterações ao Regulamento (CE) n.º 539/2001. Uma abordagem deste tipo é muito técnica e cómoda para o legislador, mas atrasa a inclusão da Albânia e da Bósnia na lista branca — na melhor das hipóteses, por mais um ano —, período durante o qual os cidadãos dos outros três países poderão viajar livremente. A inexistência de prazo significa uma motivação fraca para que os dois Governos se reformem e emendem os seus próprios erros. A relatora não necessita de repetir a advertência acerca das consequências políticas de uma abordagem deste género, nem os danos psicológicos que ela poderia causar aos cidadãos da Bósnia e da Albânia na sua caminhada em direcção à integração europeia, sem esquecer que, na prática, só há uma nação — os Bósnios (os Bósnios muçulmanos) — que ficaria de fora de todo este processo. Importa também lembrar que, quando dois dos Estados da região — a Croácia e o meu próprio país, a Eslovénia — se tornaram independentes, não foi introduzida qualquer forma de visto para os respectivos cidadãos.

Gostaria de salientar que a inclusão de um país numa lista branca sob determinada condição não constitui uma novidade, nem é uma proposta extravagante do Parlamento. Há três anos, quando o presente Regulamento¹ foi sujeito a alterações, países como a Antígua, as Baamas, os Barbados, as ilhas Maurícias, São Cristóvão e Nevis e as Seychelles foram condicionalmente aditados ao Anexo que arrola os Estados para os quais não é necessário obter visto. Seria, de facto, pouco próprio não dar uma oportunidade semelhante à Albânia e à Bósnia, que são nações europeias e têm no seu horizonte a adesão à UE. Estou certo de que a Albânia e a Bósnia também merecem que se adopte uma posição construtiva para uma rápida liberalização do regime de vistos, designadamente, se a liberalização só for concedida depois de terem sido satisfeitas todas as exigências da Comissão.

A segunda preocupação do presente relatório é o Kosovo. É a única zona dos Balcãs

¹ Regulamento (CE) n.º 1932/2006 do Conselho, de 21 de Dezembro de 2006.

Ocidentais que é completamente posta à margem do processo de liberalização de vistos — nem sequer está prevista a perspectiva de abertura de negociações. Este facto resulta, naturalmente, de uma divisão entre os Estados-Membros no que diz respeito ao reconhecimento da independência do país. Apesar de compreender a complexidade política do problema, o povo do Kosovo não deve ser deixado num beco sem saída criado por eventuais desinteligências. A relatora acredita que o Parlamento deveria exercer pressão sobre a Comissão e sobre o Conselho no sentido de se encontrar uma forma de encetar o processo de liberalização de vistos, no respeito pelo estatuto do Kosovo, ao abrigo da Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e pela ausência de acordo entre os Estados-Membros quanto à declaração de independência daquele país. A consecução de tal objectivo efectuar-se-ia sem prejuízo do estatuto do Kosovo. Uma posição desse género faria, porém, avançar as indispensáveis reformas estruturais.

Nós, na União Europeia, temos de assumir a nossa responsabilidade política pela concretização deste processo. Trata-se de pessoas que são nossos próximos e vizinhos, trata-se de relações entre os povos, trata-se da sua qualidade de vida, trata-se do estreitamento de contactos, trata-se de uma cooperação económica reforçada. Se queremos, de facto, integrar todos os países dos Balcãs Ocidentais na União Europeia, em especial, as novas gerações têm de ter uma oportunidade para viajar e para aprender algo sobre a UE. Permanecer numa situação de isolamento por muito tempo não pode senão fortalecer o nacionalismo e aprofundar as divisões étnicas, que, antes da guerra, eram praticamente inexistentes.

7.10.2009

PARECER DA COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS

dirigido à Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

sobre a proposta de regulamento do Conselho **que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação**

(COM(2009)0366 – C7-0112/2009 – 2009/0104(CNS))

Relatora: Sarah Ludford

BREVE JUSTIFICAÇÃO

O Parlamento Europeu e, em particular, a sua Comissão dos Assuntos Externos são vigorosos defensores da abolição do regime de vistos para os países dos Balcãs Ocidentais. O actual regime representa um enorme retrocesso para os países da ex-Jugoslávia, cujos cidadãos beneficiavam, na era socialista, de isenção de visto nas suas deslocações ao Ocidente, mas a quem, paradoxalmente, o referido documento é hoje exigido.

O regime de vistos isolou os cidadãos destes países, que, não obstante viverem no coração da Europa, poucas possibilidades têm de visitar os países da União Europeia. Para muitos, até mesmo os países vizinhos são inacessíveis, uma vez que o pedido de visto é indeferido em virtude do rigor das condições impostas. Esta situação impediu precisamente as pessoas que gostaríamos de ver desenvolver contactos com os parceiros da UE - sociedade civil, empresários e investigadores - de o fazerem. Sobretudo entre os jovens, é impressionantemente elevada a percentagem dos que nunca tiveram a oportunidade de sair do país e descobrir a UE, o que suscita um sentimento de isolamento e discriminação. É já tempo de alterar esta situação - a familiaridade com a UE permite uma melhor compreensão e uma cooperação mais estreita e constitui um pré-requisito para a criação de boas relações duradouras. Facilitar as viagens é tanto do interesse dos países dos Balcãs Ocidentais, como da UE.

Embora prejudiquem as pessoas comuns, as restrições terão provavelmente poucos efeitos na capacidade de livre circulação de alguns dos grupos-alvo do regime de vistos, de que são exemplo os grupos activos no âmbito da criminalidade organizada. Outros meios existem susceptíveis de mais bem contribuir para o combate à criminalidade organizada, ao tráfico e

ao contrabando, como é o caso do reforço das capacidades próprias (“capacity building”) das administrações, o reforço da cooperação policial e judicial a nível regional e, ainda, a intensificação da vigilância nas fronteiras e uma melhor formação e remuneração do pessoal. Alguns passos foram dados nesse sentido, com resultados já tangíveis na região.

A Comissão dos Assuntos Externos sempre apelou à abolição dos vistos. A proposta da Comissão representa, por conseguinte, um passo no sentido certo, com que cumpre regozijarmo-nos. Porém, os países que foram excluídos de um regime de isenção de vistos devem poder aderir, logo que para tal estejam preparados. Não devemos permitir que se isolem cada vez mais, ao passo que os seus vizinhos gozam da possibilidade de viajar para a UE sem que lhes sejam colocados obstáculos. Como é natural, esses países terão que estar preparados, muito havendo, ainda, a fazer. Porém, a Comissão deveria propiciar-lhes já esta oportunidade, de que poderiam beneficiar, logo que tivessem cumprido as condições definidas no roteiro, sem serem afectados pelos atrasos causados pelo processo decisório da UE.

Por conseguinte, a Albânia e a Bósnia e Herzegovina deveriam beneficiar do regime de isenção de vistos, imediatamente após verificação, por parte da Comissão, de que cumprem todos os objectivos de referência definidos no roteiro da liberalização do regime de vistos. O Kosovo não deveria ser excluído do processo de que beneficiam os outros países dos Balcãs Ocidentais, devendo a Comissão encetar de imediato um diálogo em matéria de vistos e estabelecer um roteiro no domínio da liberalização de vistos.

ALTERAÇÕES

A Comissão dos Assuntos Externos insta a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes alterações no seu relatório:

Alteração 1

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo Considerando 3

Texto da Comissão

(3) Em relação às pessoas que residem no Kosovo na acepção da Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e às pessoas cuja certidão de cidadania foi emitida para o território do Kosovo na acepção da mesma resolução, uma direcção de coordenação específica com sede em Belgrado será encarregada da recepção dos pedidos e da emissão dos passaportes. Contudo, por razões de segurança atinentes, em especial, ao risco potencial de migração clandestina, os titulares de passaportes sérvios emitidos pela referida direcção de coordenação específica (em sérvio: Koordinaciona uprava), devem ser excluídos do regime de isenção de vistos relativo à Sérvia.

Alteração

(3) Em relação às pessoas que residem no Kosovo na acepção da Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e às pessoas cuja certidão de cidadania foi emitida para o território do Kosovo na acepção da mesma resolução, uma direcção de coordenação específica com sede em Belgrado será encarregada da recepção dos pedidos e da emissão dos passaportes. Contudo, por razões de segurança atinentes, em especial, ao risco potencial de migração clandestina, os titulares de passaportes sérvios emitidos pela referida direcção de coordenação específica (em sérvio: Koordinaciona uprava), devem ser excluídos do regime de isenção de vistos relativo à Sérvia. ***Tendo em conta que a fronteira entre a Sérvia e o Kosovo é considerada pelas autoridades de Belgrado uma delimitação administrativa passível de influenciar negativamente controlos fronteiriços efectivos entre os países, a Comissão deve solicitar ao Governo de Belgrado que aplique nessa fronteira/limite territorial as mesmas medidas e controlos que aplica a todas as restantes fronteiras internacionalmente reconhecidas.***

Justificação

O Ministério do Interior da República da Sérvia e a EULEX assinaram, em Agosto, um Protocolo em matéria de cooperação policial, que foi solicitado pela Comissão no sentido de ser concedido à Sérvia um acordo de isenção de visto para a UE. O acordo relativo à união aduaneira ainda não foi negociado. Independentemente do estatuto do Kosovo, a Sérvia deve

aplicar e implementar à fronteira/limite territorial com o Kosovo, as mesmas normas de vigilância que aplica a todas as outras fronteiras internacionalmente reconhecidas como tal.

Alteração 2

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo

Considerando 3-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(3-A) Com o objectivo de promover a aplicação da Agenda de Salónica, a Comissão deve encetar um diálogo sobre vistos com o Kosovo, por forma a estabelecer um roteiro no domínio da liberalização de vistos, idêntico aos roteiros definidos para outros países dos Balcãs Ocidentais. Tal deve processar-se sem prejuízo da competência dos Estados-Membros no que diz respeito ao reconhecimento do Kosovo como Estado independente.

Alteração 3

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo

Considerando 3-B (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(3-B) Visando o reforço do Processo de Estabilização e de Associação, o regime de isenção de vistos reforçará a participação no mercado comum, que está a ser gradualmente criado com a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, o Montenegro e a antiga República Jugoslava da Macedónia, pelo que prestará um contributo ao comércio, à inovação e ao crescimento.

Justificação

Estão actualmente em vigor os Acordos de Estabilização e de Associação com a antiga República Jugoslava da Macedónia (entrada em vigor em 1 de Maio de 2004) e com a Croácia (entrada em vigor em 1 de Fevereiro de 2005). O Acordo de Estabilização e de

Associação com a Albânia foi assinado em Junho de 2006 e o Acordo Provisório sobre Comércio e Matérias Conexas entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2006. O AEA e o AP com o Montenegro foram assinados em 15 de Outubro de 2007 e o AP entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2008; os acordos com a Bósnia e Herzegovina foram assinados em 16 de Junho de 2008 e o AP entrou em vigor em 1 de Julho de 2008. Os acordos com a Sérvia ainda não foram assinados e não estão em vigor quaisquer acordos provisórios.

Alteração 4

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo **Considerando 4**

Texto da Comissão

(4) Por conseguinte, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, o Montenegro e a Sérvia *[tendo estes dois últimos países cumprido todos os objectivos de referência na data de adopção do presente regulamento]*, devem ser transferidos para o Anexo II do Regulamento (CE) n.º 539/2001. Esta isenção de obrigação de visto deve aplicar-se unicamente aos titulares de passaportes biométricos emitidos por cada um dos **três** países em causa.

Alteração

(4) Por conseguinte, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, o Montenegro, a Sérvia, *a Albânia e a Bósnia-Herzegovina* *devem ser transferidos para o Anexo II do Regulamento (CE) n.º 539/2001 na condição, no que diz respeito ao Montenegro e à Sérvia, de que esses países cumpram todos os objectivos de referência à data de adopção do presente regulamento e, no que diz respeito à Albânia e à Bósnia-Herzegovina, de que a isenção da obrigação de visto seja aplicável sem demora, imediatamente após verificação, por parte da Comissão, de que cada um desses países cumpra todos os objectivos de referência definidos no roteiro da liberalização do regime de vistos e da publicação de um aviso relativo à avaliação no Jornal Oficial da União Europeia. As avaliações da Comissão serão efectuadas mensalmente e serão comunicadas ao Parlamento Europeu e ao Conselho, bem como aos países em questão.* Esta isenção de obrigação de visto deve aplicar-se unicamente aos titulares de passaportes biométricos emitidos por cada um dos **cinco** países em causa.

Alteração 5

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo

Artigo 1 – ponto 1 – alínea -a) (nova)

Regulamento (CE) n.º 539/2001.

Anexo I – secção 1

Texto da Comissão

Alteração

-a) Na Parte 1, a referência à Albânia e à Bósnia e Herzegovina é alterada do seguinte modo:

"Albânia *

Bósnia e Herzegovina*

** O nome do país será, sem demora, suprimido do presente Anexo, imediatamente após verificação, por parte da Comissão, de que o país em causa cumpre todos os objectivos de referência definidos no roteiro da liberalização do regime de vistos e a publicação de um aviso relativo à avaliação no Jornal Oficial da União Europeia."*

Alteração 6

Proposta de regulamento do Conselho – acto modificativo

Artigo 1 – n.º 2

Regulamento (CE) n.º 539/2001.

Anexo II – Parte 1

Texto da Comissão

Alteração

2) No Anexo II, Parte 1, são inseridas as seguintes referências:

"Antiga República Jugoslava da Macedónia*

Montenegro*

Sérvia [excluindo os titulares de passaportes sérvios emitidos pela direcção de coordenação sérvia (em sérvio: Koordinaciona uprava)] *

2) No Anexo II, Parte 1, são inseridas as seguintes referências:

"**Albânia * ****

Bósnia e Herzegovina * **

Antiga República Jugoslava da Macedónia
**

Montenegro **

Sérvia [excluindo os titulares de passaportes sérvios emitidos pela direcção de coordenação sérvia (em sérvio: Koordinaciona uprava)] **

** A isenção da obrigação de visto será aplicável sem demora, imediatamente após verificação, por parte da Comissão, de que o país em causa cumpre*

* A isenção da obrigação de visto aplica-se unicamente aos titulares de passaportes biométricos".

todos os objectivos de referência definidos no roteiro da liberalização do regime de vistos e a publicação de um aviso relativo à avaliação no Jornal Oficial da União Europeia.

** A isenção da obrigação de visto aplica-se unicamente aos titulares de passaportes biométricos".

PROCESSO

Título	Lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação
Referências	COM(2009)0366 – C7-0112/2009 – 2009/0104(CNS)
Comissão competente quanto ao fundo	LIBE
Parecer emitido por Data de comunicação em sessão	AFET 14.9.2009
Relatora Data de designação	Baroness Sarah Ludford 16.9.2009
Exame em comissão	29.9.2009 6.10.2009
Data de aprovação	6.10.2009
Resultado da votação final	+ : 53 - : 8 0 : 7
Deputados presentes no momento da votação final	Pino Arlacchi, Frieda Brepoels, Elmar Brok, Arnaud Danjean, Michael Gahler, Andrzej Grzyb, Takis Hadjigeorgiou, Heidi Hautala, Anna Ibrisagic, Jelko Kacin, Ioannis Kasoulides, Tunne Kelam, Andrey Kovatchev, Eduard Kukan, Vytautas Landsbergis, Ryszard Antoni Legutko, Krzysztof Lisek, Sabine Lösing, Ulrike Lunacek, Barry Madlener, Mario Mauro, Willy Meyer, Francisco José Millán Mon, Alexander Mirsky, Andreas Mölzer, María Paloma Muñoz De Urquiza, Annemie Neyts-Uyttebroeck, Norica Nicolai, Raimon Obiols, Ioan Mircea Pașcu, Vincent Peillon, Mirosław Piotrowski, Hans-Gert Pötering, Cristian Dan Preda, Fiorello Provera, Jacek Saryusz-Wolski, Adrian Severin, Marek Siwiec, Ernst Strasser, Hannes Swoboda, Zoran Thaler, Inese Vaidere, Johannes Cornelis van Baalen, Kristian Vigenin, Graham Watson, Boris Zala
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Elena Băsescu, Emine Bozkurt, Nikolaos Chountis, Marije Cornelissen, Véronique De Keyser, Göran Färm, Lorenzo Fontana, Liisa Jaakonsaari, Elisabeth Jeggle, Baroness Sarah Ludford, Nadezhda Mihaylova, Doris Pack, Vittorio Prodi, Teresa Riera Madurell, Marietje Schaake, Indrek Tarand, Traian Ungureanu, Janusz Władysław Zemke
Suplente(s) (n.º 2 do art. 187.º) presente(s) no momento da votação final	Michel Dantin, Tanja Fajon, Georgios Stavrakakis, Manfred Weber

PROCESSO

Título	Lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação		
Referências	COM(2009)0366 – C7-0112/2009 – 2009/0104(CNS)		
Data de consulta do PE	31.7.2009		
Comissão competente quanto ao fundo Data de comunicação em sessão	LIBE 14.9.2009		
Comissões encarregadas de emitir parecer Data de comunicação em sessão	AFET 14.9.2009		
Relator(es) Data de designação	Tanja Fajon 2.9.2009		
Exame em comissão	30.9.2009	6.10.2009	19.10.2009
Data de aprovação	19.10.2009		
Resultado da votação final	+: 45 -: 2 0: 2		
Deputados presentes no momento da votação final	Jan Philipp Albrecht, Vilija Blinkevičiūtė, Louis Bontes, Rita Borsellino, Emine Bozkurt, Simon Busuttil, Rosario Crocetta, Cornelis de Jong, Agustín Díaz de Mera García Consuegra, Cornelia Ernst, Tanja Fajon, Monika Flašíková Beňová, Hélène Flautre, Kinga Göncz, Sylvie Guillaume, Ágnes Hankiss, Jeanine Hennis-Plasschaert, Salvatore Iacolino, Sophia in 't Veld, Teresa Jiménez-Becerril Barrio, Timothy Kirkhope, Juan Fernando López Aguilar, Baroness Sarah Ludford, Monica Luisa Macovei, Clemente Mastella, Nuno Melo, Louis Michel, Claude Moraes, Antigoni Papadopoulou, Judith Sargentini, Birgit Sippel, Csaba Sógor, Renate Sommer, Rui Tavares, Wim van de Camp, Axel Voss		
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Elena Oana Antonescu, Andrew Henry William Brons, Anna Maria Corazza Bildt, Ioan Enciu, Monika Hohlmeier, Stanimir Ilchev, Franziska Keller, Petru Constantin Luhan, Antonio Masip Hidalgo, Mariya Nedelcheva, Michèle Striffler, Cecilia Wikström		
Suplente(s) (n.º 2 do art. 187.º) presente(s) no momento da votação final	Ioannis Tsoukalas		